



Anais da Assembléia

Nº 117

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cláudio Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Riche - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsetto; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartório - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Calombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Toti Colaço.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vannahoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI - Solicito a retirada da Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Retirada a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.
 Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Em votação. APROVADA.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de Congratulações ao Senhor Cleverson Jorge de Oliveira, proprietário da EXCLUSIVA VEÍCULOS LTDA, com sede em Curitiba, em virtude de seu espírito de solidariedade e visão empresarial, no ramo de comércio de veículos novos e usados.

Sala das Sessões, em 07.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Cleverson Jorge de Oliveira, nascido em 18 de julho

de 1951, na cidade de Curitiba, casado com Abegail Ruthes de Oliveira, com quem tem três filhos - Alyson, Alessandra e Anderson - já exerceu diversas atividades profissionais, entre elas na área de segurança pública, na Polícia Militar e Civil, onde atua até hoje como ativista da classe, na qualidade de dirigente sindical e associativa.

Como empresário, Cleverson conquistou sucesso no comércio de veículos, através da EXCLUSIVA VEÍCULOS LTDA, instalada na Av. Kennedy, há mais de 15 anos, empresa que comercializa um grande número de veículos novos e usados mensalmente, empregando mais de 12 trabalhadores curitibanos.

Filho do Paraná, Cleverson é conhecido por clientes e amigos como um homem simples e solidário, personalidade que vem contribuindo para o seu crescimento comercial e social.

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde com o objetivo de manifestar nossa preocupação diante das notícias vinculadas sobre o corte dos recursos da ordem de 12 milhões, nas verbas destinadas mensalmente a saúde no Paraná.

Requer ainda, que na próxima reunião da Comissão Tripartite do Ministério da Saúde destinada deliberar sobre este assunto, seja solicitado a manutenção dos recursos previstos no orçamento já destinados ao Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Tantas são as dificuldades enfrentadas pela saúde, tanto no Paraná quanto no Brasil, que uma notícia como esta, mesmo antes de ser confirmada consegue abalar sensivelmente a estrutura da administração estadual na área da saúde, pois os prejuízos à população serão incalculáveis.

É preciso que seja levado em consideração que os serviços prestados pelo Paraná, são de alta complexibilidade, e nem sempre realizados no resto do País, daí a sua excelência. Um corte nos recursos previstos, além de um retrocesso seria muito danoso para a população, já tão sacrificada pelas falhas estruturais que ainda existem no atendimento do SUS.

Em razão do exposto é que se faz necessário o presente requerimento, na tentativa de que o bom senso prevaleça, e que a população do Paraná não venha ser injustificada, por nenhuma razão.

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Alberto Sautchuk - DD, Diretor do DNER, solicitando sinalização e estudos de alargamento da ponte sobre o Rio Iguaçu - Km 119/120 da Br 116 - Curitiba sentido Sul - divisa Curitiba/Fazenda Rio Grande.

Tal solicitação se faz necessária face aos inúmeros acidentes, seguidamente, ocorridos no local.

Face a importância do solicitado, espero contar com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 07.08.97.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Fazenda, com os seguintes questionamentos:

01 - Qual a relação bancária ou comercial que o Banco do Estado do Paraná, tem com a SIGTHCAR INTERNACIONAL CORPORATION, com sede nas Ilhas Caimã?

02 - Qual a relação bancária que o Banco Estado do Paraná, tem com a ADUSOLO FERTILIZANTES S/A?

03 - Quais as operações financeiras do Banco do Estado do Paraná, que foram repassadas ao BADEP em 1.996?

Sala das Sessões, em 07.08.97.
(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 353/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Ação Social de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Ação Social de Foz do Iguaçu - PROVOPAR, sob a direção e comando da primeira dama Senhora Ligia Catarina Pinheiro Daijó, vem desenvolvendo um árduo trabalho em prol das famílias mais carentes e necessitadas daquele município, não medindo esforços para concretizar o programa assistencial com firme determinação.

As principais atividades desenvolvidas por esta entidade, além de atender as crianças carentes, os idosos e deficientes, são: a organização da ação do voluntariado para melhoria dos serviços prestados nas diferentes Entidades Sociais do Município.

Promover a integração dos Programas com Órgãos Públicos, principalmente da esfera municipal que atuam no Campo Social para melhor atendimento às Entidades Sociais.

PROJETO DE LEI Nº 354/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim América, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim América, sem fins lucrativos, tem por objetivo congrega os moradores e amigos do bairro e outros que venham integrar a entidade, apoiando e lutando pelos seus legítimos direitos e aspirações, estimulando o espírito de solidariedade dos moradores, associados ou não, visando proporcionar melhores condições de vida aos moradores do território jurisdicionado.

PROJETO DE LEI Nº 355/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Lancaster e Jardim Duarte, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Lancaster e Jardim Duarte, sem fins lucrativos, tem por objetivo congrega os moradores e amigos do bairro e outros que venham integrar a entidade, apoiando e lutando pelos seus legítimos direitos e aspirações, estimulando o espírito de solidariedade dos moradores, associados ou não, visando proporcionar melhores condições de vida aos moradores do território jurisdicionado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles Mello no Pequeno Expediente.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ontem à tarde fomos comunicados pela Associação dos Mutuários de Ponta Grossa e região de que a Caixa Econômica estará promovendo dia 12 na terça-feira cerca de 50 leilões extra-judiciais, contra mutuários inadimplentes. Achamos que temos o dever de tentar de todas as formas impedir este tipo de ação por parte da Caixa Econômica, mesmo porque conhecemos o problema habitacional do país neste momento.

Para se ter uma idéia, se a Caixa colocar em leilão uma casa, o valor que ela vai vender a casa no leilão, o maior lance, será muito menor que o saldo devedor desta mesma casa. Este é um paradoxo que a política de juros altos fez com relação ao sistema habitacional do país. O mutuário compra uma casa por um determinado preço e com uma política do Governo Federal, uma política de altos juros numa economia sem inflação, quando os salários não aumentam, pelo contrário aumenta o desemprego e há um arrocho salarial profundo. A medida que o mutuário vai pagando a sua casa, ao invés do saldo devedor diminuir, aumenta, em função dos juros e torna-se praticamente impagável.

Então a questão habitacional da inadimplência hoje, é uma questão social gravíssima e séria. Em Ponta Grossa, e isso deve se repetir em várias cidades do Estado, existem conjuntos habitacionais que são impossíveis pagar a prestação e cerca de 80 a 90% dos mutuários estão inadimplentes. Porque além da questão estrutural macro-econômica dessa política de juros altos, existe como todos sabemos, uma política de superfaturamento nas construções, principalmente, do Governo Collor. Os conjuntos habitacionais realizados naquela época, que empreiteiras apresentavam um orçamento a Caixa Econômica, e através de mecanismo de corrupção, apresentavam um orçamento superfaturado, os diretores da Caixa aprovavam este orçamento. Uma vez emprestado o dinheiro para as empreiteiras, para as cooperativas, quem tem que pagar é o mutuário, este valor absurdo.

Então dois pontos: por um lado, o superfaturamento que a viabilizam e impedem os mutuários, por mais que tentem, pagar as prestações. Por esse motivo, achamos que o Governo Federal deve encarar este problema como um problema social e achar alguma forma de negociar com as entidades representativas dos mutuários. Em Ponta Grossa há uma associação muito forte, a Associação dos Mutuários de Ponta Grossa e região, que tem todo um trabalho jurídico a favor dos mutuários e, fazemos um apelo aos Deputados, existe uma Comissão já formada, que a gente se dirija aos diretores da Caixa Econômica para sustar este leilão, e que haja uma solução negociada com os mutuários que vão perder as suas casas.

Por isso, estamos remetendo um ofício ao Procurador Geral Dr. Olimpio de Sá Sotto Maior, pedindo que ele tome providências, mesmo porque, este leilão extra-judicial, não permite defesa dos mutuários, e ele se dá fundamentado num Decreto-Lei do Regime Militar, regime autoritário, que é o Decreto-Lei nº 70/66, portanto, é do regime autoritário. Não dá direito a defesa aos mutuários, achamos profundamente injusto. Não é possível que o Governo resolva desta forma um problema social gravíssimo. O governo que tem compreendido a problemática da agricultura, um governo que tem entendido várias questões, deve entender a questão social da habitação no país, forneceu subsídios para encontrar uma solução negociável. Por isso apelo aos Deputados dessa Assembléia, particularmente aos membros da Comissão montada para dificultar os despejos de mutuários, que tomemos providências urgentes para impedir que esse ato seja praticado.

Obrigado Senhor Presidente.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem - Senhor Presidente, para registrar a presença entre nós do comerciante, empresário e líder comunitário de Cândido de Abreu, meu amigo Claudir Copertino.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente as-

sociada e registrada pela Mesa, a presença do amigo Claudir Copertino, de Cândido de Abreu. Também entre nós, e a pedido do Deputado Sâmis da Silva, a presença do empresário de Foz do Iguaçu, nosso amigo e proprietário do Hotel Carimã e de outros empreendimentos na cidade fronteira com o Paraguai, pessoa essa que além de um relacionamento pessoal, tem amizade com a maioria dos parlamentares desta Casa. É com satisfação que a sua presença engrandece este Poder Legislativo.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti, no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, iríamos fazer uma questão de ordem, já que o nosso assunto é bastante rápido, é mais um apelo a V.Exa., Deputado Luiz Carlos Zuk, na condição de Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, nosso COPASUL, no sentido de que desenvolva desde já ações bastante efetivas com relação à permanência e valorização do nosso Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Não seria necessário repetirmos aqui todo o trabalho que V.Exa. e outros parlamentares desta Casa têm desenvolvido em favor desta que nós não diríamos ser uma instituição financeira, na acepção mais pura da palavra, mas desta que é uma instituição que vem promovendo há mais de 35 anos o desenvolvimento econômico e até social do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e agora também, Mato Grosso do Sul.

O nosso apelo no dia de hoje, é porque conhecendo o BRDE como conhecemos, o seu trabalho no dia a dia, conhecendo a sua trajetória nos momentos de glória e nos momentos quase que de naufrágio, quando intervenção sofreu no Banco Central, conhecendo agora mais recentemente o trabalho que desenvolveram à frente daquela instituição, representando o Paraná, Fernando Fontana - que hoje nos representa perante a Diretoria lá no Rio Grande do Sul, Francisco Lutero que hoje é o superintendente aqui em Curitiba, conhecendo todo o trabalho desse pessoal, toda essa luta diária e permanente deles, confesso que fico apreensivo quando leio no jornal desta semana, as declarações do Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Miguel Salomão, dizendo que o BRDE tem que deixar de existir, que o BRDE tem que ser incorporado à agência de fomento que foi aprovada por esta Casa e que está sendo estruturada pelo governo juntamente com o Banco Central.

Não vejo pessoalmente que deva ser desta forma. Já não foi esta a nossa visão quando o Deputado Caetano Quintana, na condição de relator da Assembleia Nacional Constituinte e o Deputado Basílio Zanusso na presidência daquela comissão, incluímos um dispositivo que assegurava condições de funcionamento e condições de garantias aos servidores do BRDE naquela oportunidade. Em 89 a nossa visão já era essa e agora ela permanece, ainda, em defesa do BRDE que esperamos que não seja extinto. Pelo contrário, que seja ampliada a sua ação enquanto banco de fomento, enquanto banco que pensa o desenvolvimento econômico de forma macrorregional, que pensa o desenvolvimento econômico dentro de uma visão regional de um país e que esperamos, Deputado Zuk e Srs. Deputados, que possa vir a ser o grande banco a fomentar o desenvolvimento econômico e os negócios do MERCOSUL.

Já estivemos debatendo isso com Santa Catarina e com o Rio Grande do Sul na época em que éramos Presidente da Casa. V.Exa., na Presidência do Conselho Parlamentar do Sul, tem debatido. Estivemos recentemente numa palestra com o Dr. Fernando Fontana, junto com o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly nas dependências do Hotel Bourbon, numa reunião promovida pela Associação dos Jornalistas de Economia do Estado do Paraná, estivemos debatendo a questão do BRDE e a visão que todas essas pessoas têm é de que o BRDE é uma coisa, e a agência de desenvolvimento é outra coisa, e que os dois podem coexistir pacificamente, harmonicamente, buscando, cada um deles, desenvolver ações cada vez mais efetivas e mais fortes no caso da agência de desenvolvimento em favor do Paraná, com exclusividade, e o BRDE em favor do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul, do Brasil e do MERCOSUL.

Por isso que faço esse apelo a V.Exa., que procure manter contatos com as estruturas do Governo do Paraná, com as demais Assembleias, para que possamos não pensar na extinção do BRDE, mas, pelo contrário, fortalecemos a sua ação e a sua área de abrangência como banco de fomento em favor da economia do nosso país e do MERCOSUL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Tenha V. Exa.,

Deputado Pessuti, que todos os Senhores componentes do Conselho Parlamentar do Sul, da qual V. Exa. foi Presidente e um dos fundadores, que a preocupação tanto do Rio Grande do Sul, que apesar de ter a sua dissidência em separação do BRDE, mas nossos irmãos de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul e juntamente nós do Paraná, somos pela permanência e pela sobrevivência do BRDE que é um banco social e, acima de tudo, deu a esse quadrante da Nação o estímulo quando outras instituições financeiras desampararam a iniciativa média, pequena e a grande empresa deste país.

Queremos anunciar a presença do Vereador de Cambira, em nome do Deputado Orlando Pessuti, Claudio Sotti, que é o Vereador mais novo do Vale do Ivaí, com 23 anos, e no futuro estará aqui.

Com a palavra, Pela Ordem, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria, na verdade, solicitar a esta Presidência, que estamos aguardando - conforme foi acordado nesta Casa - que tão logo a auditoria que foi realizada no Banco do Estado do Paraná ficasse pronta, se desse conhecimento a esta Casa, do inteiro teor desta auditoria. Quando aqui levantamos os fatos da maior gravidade que envolvia, este, que é o melhor banco do país, na minha avaliação, um banco estadual, fomos aqui chamados de levianos porque fazíamos acusações sem provas.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero crer o seguinte: na auditoria todas as acusações que fizemos "todas" foram efetivamente comprovadas, até porque, basta ver aqui o jornal, prestigioso jornal aliás, "Gazeta do Povo" que tem a manchete do dia 29 de julho, com o seguinte teor: "Presidente do BANESTADO, chama Secretário de Jaime Lerner de mentiroso e falsário."

O Presidente Neco Garcia, que já está sendo chamado de "Sergio Mota do Paraná", pelo estilo contundente que tem, "Sergão", embora que saiba o Neco Garcia não faz algumas coisas que o Sergio Mota faz, mas seguramente Sr. Presidente, temos que, concreta e objetivamente, ter conhecimento do inteiro teor desta auditoria.

Esta Casa fez uma sessão secreta, diretores vieram aqui e naquela tribuna negaram fatos que levantamos com a maior propriedade, e que a própria auditoria constatou a veracidade do que afirmamos. Embora não existam, e quero crer que não existam notas taquigráficas do registro dos depoimentos dos diretores, mas eles mentiram, Deputado Valdir Rossoni, aqui nesta Casa, e não podemos deixar que essas coisas passem em branco, temos que ter, a Assembleia Legislativa tem que ter sim, acesso ao inteiro teor da auditoria que foi realizada, porque ali estão apontadas as operações irregulares que foram feitas, que beneficiaram empresas, que fraudaram dados e ao mesmo tempo descreve quem foram os funcionários, diretores e intermediários que ganharam muito dinheiro, um grande e enorme prejuízo que o nosso banco está tendo e vai ter no futuro, porque não vai conseguir infelizmente resgatar uma grande parcela desses empréstimos, que não têm garantia real, e quem pegou o dinheiro era inidôneo, o fez o firme propósito, único e exclusivo, de poder na verdade, de forma muito sorrateira, roubar dinheiro que pertence na verdade a todo o povo paranaense, porque em última análise como é um banco estadual, embora aqui, já neste país não se defina mais o que é estadual o que é público, porque o Fernando Henrique deu dinheiro para os bancos privados que roubaram também e aplicaram mal o dinheiro, mas há de se reconhecer que o prejuízo do banco do Estado vai ficar com o tesouro do nos-

so Estado, o Tesouro Estadual.

Então, Deputado Horácio Rodrigues, é da maior importância que tomemos conhecimento, V. Exa., inclusive, tem sempre cobrado as explicações de empresários, inclusive um que é Presidente do Instituto Liberal, diz que é o maior defensor da livre economia, e é um dos maiores fraudadores do ICMS do nosso Estado.

Então, Senhor Presidente, esta Casa aqui pode deixar de tomar conhecimento oficial do relatório da auditoria que foi realizada pelo próprio Banco do Estado do Paraná, que para nós tem credibilidade e essa auditoria tem que vir ao conhecimento desta Casa, porque não é possível que apenas alguns possam ter acesso a esses documentos que são de maior importância, e esta Casa que se preocupou desde o primeiro minuto tem que acompanhar, necessariamente, a abertura dos inquéritos policiais, e tomada de depoimentos junto ao Ministério Público Estadual, a denúncia que se vai fazer contra esses ladrões e sobretudo, de se colocar esses ladrões do dinheiro público na cadeia que é o lugar que essa gente merece estar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, Pela Ordem, ao ilustre Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O meu companheiro Luiz Claudio Romanelli falou do Instituto Liberal, eu quero informar a Casa que Instituto Liberal não tem nada a ver com o Partido Liberal. Você pode ser liberal de dia e libertino à noite, é uma questão de opção. O Partido Liberal continua liberal, continua na sua posição de independência, entende os motivos com que V. Exa. pede do Presidente do Banco do Estado informações, nós acreditamos porque somos amigos pessoais do Senhor Presidente Garcia do Banco do Estado do Paraná. E o Banco do Estado não é nem desta Presidência, nem deste Governo, nem da Assembleia Legislativa, o Banco do Estado é do povo do Paraná, é um Banco que se tiver banqueiro, tem que ser banqueiro com lucro social ao Estado do Paraná. Era isso, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só gostaria de dizer que mandei votos de congratulações ao aniversário de Prudentópolis, 91 (noventa e um) anos, e como presente vai receber também investimentos para serem instaladas, 03 (três) grandes fábricas de confecções, e também dizendo que Prudentópolis está dentro do programa de industrialização do Estado, mais empregos àquela Região, assim como foi feito convênio com a Siemens também em Iratí. Era isso que queria dizer aos Senhores Deputados e convidá-los também para, no dia 12 de agosto, participarem junto conosco, lá em Prudentópolis do aniversário. Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado, e nós estaremos, no dia 12 de agosto, acreditado que a maioria dos Senhores Parlamentares, na terra natal do ilustre Deputado Luiz Techy Filho que é um anfitrião, como diz o ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, é o nosso "Mr. Been" aqui da Casa, companheiro amigo.

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, não havendo oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PFL, PT, PTB, PPB, PMDB, PDT, PSDB (Todos declinam)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, é só para convidar os Senhores Parlamentares que tiverem interesse em esclarecer as dúvidas sobre o Projeto do em-

préstimo de 153 (cento e cinquenta e três) milhões de dólares, que está na Casa, nós teremos no Gabinete da Liderança, a presença de técnicos da Secretaria da Fazenda, que estarão à disposição dos Senhores Parlamentares. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto e lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01 -

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Marcello Aléssio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/97, de autoria do Deputado Renato Adur, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ilustríssimo Senhor Leopoldo Scherner. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o "Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD", com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Xadrez, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 1748, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1714, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1750, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1751, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1749, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Com sua discussão adiada na última Sessão o pedido de informações ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento, do Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Em votação. APROVADO.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - O Deputado Romanelli tem um requerimento aqui que foi adiada a sua votação, e eu já falei pessoalmente com o Deputado Romanelli, ele também podia incluir aqui em seu requerimento, num desses itens, mais um item esclarecedor, poderia também pedir aqui um esclarecimento ao BANESTADO sobre as operações do Governo anterior sobre o Banco Del Paraná, daí provavelmente nós aprovaríamos.

Só foi uma Questão de Ordem para que eu pudesse dar uma sugestão ao Deputado Romanelli.

Senhor Presidente o Senhor colocou em votação o primeiro Requerimento e eu pedi para discutir e ficou adiado na forma regimental. O segundo requerimento foi aprovado, não teve nenhum problema. Só pedi uma Questão de Ordem depois que passou os requerimentos para dar uma sugestão ao meu ilustre companheiro Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao ilustre autor Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Excelência eu tinha visto a intenção do nobre Líder do Governo que também apoiava o meu pedido de informação sobre uma questão muito grave que nós temos aí que precisa ser esclarecida e que preocupa também o nobre Líder do Governo Valdir Rossoni. Quero dizer a V.Exa. que eu quero regimentalmente retificar o meu requerimento e incluir daqui para traz durante o prazo de cinco anos todas as operações feitas pelo Banco Del Paraná, todas, sem nenhuma exceção. Quero, inclusive se o Deputado tirar o pedido de vistas nós votamos já, Exa., todas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Regimentalmente V. Exa. poderá fazer uma emenda no requerimento com o teor do que V.Exa. está falando neste instante para ser apreciado pelo Plenário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - V.Exa. não pode considerar verbalmente desta forma.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Foi adiada a discussão, pedi para discutir, vai ser votado na próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Na próxima Sessão será incluído aquilo que o próprio autor diz neste instante.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11 à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 506, 553/95 e 130/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 573/96 e 001/97.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 99/97

colocar, a disposição da COHAPAR, na cidade de Ponta Grossa, a servidora ANA KCENIA DE MIRANDA, funcionária deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem.

PORTARIA Nº 100/97

colocar, a disposição da COHAPAR, na cidade de Ponta Grossa, o servidor DANIEL DOLINSKI NADAL, funcionário deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem.

PORTARIA Nº 101/97

colocar, a disposição da Secretaria de Estado do Emprego e

Relações do Trabalho, na cidade de Londrina, o servidor LUIS RENÉ ASSAD SARRAFF, funcionário deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.07.97

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Trevisan, Geraldo Cartário, Florisvaldo Fier, Toti Colaço, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Duffio Genari, Carlos Simões, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, José Tavares, Caio Quintana e mais o Deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 191/97 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 264/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 03) Decreto Legislativo nº 06/97 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. O Deputado Valdir Rossoni solicita vistas. O Senhor Presidente indefere por estar em Regime de Urgência, mas transfere para o final da reunião a análise do presente. 04) Projeto de Lei nº 24/97 de autoria do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator José Tavares requer diligência - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 80/97 de autoria do Deputado Ademar Traiano. O Deputado Caio Quintana diz ter o projeto original e que não poderia ter outro restaurado nesta reunião. O Senhor Presidente determina a verificação e o aguardo da presente matéria; 06) Projeto de Lei nº 272/97 de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk e Sâmias da Silva. O Deputado Florisvaldo Fier solicita vistas. O Senhor Presidente indefere por estar em Regime de Urgência, mas transfere para o final da reunião a análise do presente. 07) Projeto de Lei nº 284/97 de autoria do Poder Executivo. O Deputado José Tavares solicita vistas. O Senhor Presidente indefere por estar em Regime de Urgência, mas transfere para o final da reunião a análise do presente. 08) Projeto de Lei nº 283/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 294/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 275/97 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 135/97 de autoria do Deputado Reny Borsato. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 296/95 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 147/97 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 217/97 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 218/97 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 553/95 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 144/97 de autoria do Deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 130/97 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 576/96 de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 506/95 de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo. Parecer FA-

VORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 298/97 de autoria do Deputado Julio Ando. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 282/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 295/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duffio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 281/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duffio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 278/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duffio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 269/97 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duffio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 296/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 28) Projeto de Resolução nº 13/97 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Concedido vistas ao Deputado Caio Quintana; 29) Projeto de Resolução nº 08/97 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan. O Deputado Cesar Seleme apresenta voto em separado contrário. O Deputado Eduardo Trevisan retira seu parecer, passando a acatar o voto em separado. O Senhor Presidente coloca em votação o voto em separado contrário do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 292/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário

- APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 214/97 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 74/97 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Florisvaldo Fier - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 529/96 de autoria do Deputado Joel Coimbra. O Deputado Florisvaldo Fier apresenta voto em separado contrário por estar com a legislação equivocada. O Senhor Presidente determina que a matéria seja retirada de pauta para que seja corrigida. 34) Decreto Legislativo nº 006/97 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 272/97 de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk e Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni com voto contrário dos Deputados Caio Quintana e Florisvaldo Fier - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 284/97 de autoria do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado José Tavares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, que para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária